

Multiner S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Aviso: 1) Senhores acionistas, as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.multiner.com.br/relacionamento-com-investidores/demonstracoes-financeiras/ e www.cvm.gov.br e www.gazetasp.com.br

São Paulo, 24 de março de 2023

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021
Ativo/Circulante	1.829	2.219	433.070 237.838
Caixa e equivalentes			
de caixa	1.192	1.954	267.242 108.055
Contas a receber	-	-	81.786 66.411
Tributos a recuperar	158	86	28.299 15.530
Arrendamento	-	-	20.173 19.228
Estoques	-	-	22.291 21.004
Adiantamento a fornecedores	10	8	1.800 427
Outros créditos ativos	469	171	11.479 7.183
Ativo Não Circulante	428.616	475.323	1.468.014 1.615.019
Tributos a recuperar	196	738	84.581 113.083
Arrendamento	-	-	65.720 85.768
Depósitos judiciais	5.181	17	8.622 209
Partes relacionadas	410.547	463.000	408.117 449.279
Outros créditos	2.837	2.758	2.837 2.758
Depósitos vinculados	794	794	121.684 115.845
Propriedade para investimento	3.534	3.375	3.534 3.375
Investimento	5.233	3.961	- -
Imobilizado	371	574	677.303 738.272
Intangível	13	-	79.567 89.494
Ativo de direito de uso	-	106	16.049 16.936
Total ativo	430.445	477.542	1.901.084 1.852.857

Demonstrações dos Resultados

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022 2021
Receita operacional líquida	-	-	207.503 227.569
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-	(179.293) (144.886)
Resultado bruto	-	-	28.210 82.683
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	(3.438)	(36.322)	(3.754) (78.327)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	175	333	48.241 28.565
Resultado de equivalência patrimonial	67.193	11.316	(3) (1)
Total receitas (despesas) operacionais	63.930	(24.673)	44.484 (49.763)
Resultado antes do resultado financeiro	63.930	(24.673)	72.694 32.920
Despesas financeiras	(7.994)	(4.439)	(197.350) (267.922)
Receitas financeiras	165	63	196.998 211.260
Resultado financeiro, líquido	(7.829)	(4.376)	(352) (56.662)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	56.101	(29.049)	72.342 (23.742)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(21.630) (10.825)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Multiner S.A.

1. Informações gerais e contexto operacional: A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada em São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica. A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, genido pela Polo Capital Management e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), (ii) 27,78% de ações detidas pela Brasitrem Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasitrem Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A. Atualmente, a Companhia participa em (i) usinas de geração de energia termoeletrica a gás natural ("UTE") e (ii) usinas de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWh de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2022.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/autorização	Início da operação comercial
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") - UTE Cristiano Rocha	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006 24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001 26/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001 26/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebí S.A. ("Itapebí")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012			
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012			
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012			
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012			
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012			

1.1 Contrato de Reorganização e Procedimento Arbitral: Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"). Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasitrem Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização. A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes Relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasitrem, dentre outros. Em agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) enviar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes. As partes ainda estão em tratativas para resolução através de acordo, o qual não possui um prazo para ser finalizado, estimando que as partes conseguirão avançar nas tratativas ainda no primeiro semestre de 2023. Diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$391.284, as obrigações contratuais financeiras relativas as debêntures e CCBs. 1.2 Obrigações contratuais financeiras e não financeiras: De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas as debêntures conversíveis e partes dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua investida RAESA, foram reclassificadas para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações. Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundatiga (debêntures Multiner) e Postals (CCBs NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A., controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito as negociações que estão em andamento. 1.3 Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$385.031 (31/12/2021 - R\$ 353.262) e consolidado de R\$403.981 (31/12/2021 - R\$412.531), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$1.696.905 (31/12/2021 - R\$1.753.006), e capital circulante líquido negativo individual de R\$31.060 (31/12/2021 - R\$32.631) e consolidado de R\$645.329 (31/12/2021 - R\$1.123.409), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o repêlimento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição final envolve acionistas e credores. Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que as subsidiárias operacionais possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. 1.4 Contexto pandemia COVID-19: Durante o exercício de 2022 a Companhia vem adotando o modelo de trabalho híbrido, no qual os colaboradores comparecem presencialmente nos escritórios, no mínimo, três dias da semana e podem optar por trabalhar remotamente. 2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras: As informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A emissão das informações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2023. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de exame pelos auditores independentes. Todos os valores apresentados nestas informações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional da taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. A apresentação da

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras anuais. As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 3.2.1 Aquisição da parte acionária da Eólica na New Energy Options Geração de Energia S.A.; a New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO"), tem como atividade a geração de energia eólica a partir de seu parque eólico localizado em Guamaré/RN. A Capacidade instalada total é de 151,80 MW, dividida em duas Usinas de Energia Eólica ("UEE"): UEE Alegria I - capacidade instalada de 51,15 MW com 31 unidades aerogeradoras em operação desde 2010; UEE Alegria II - capacidade instalada de 100,61 MW com 61 unidades aerogeradoras em operação desde 2011. Em 25 de abril de 2022, a Multiner através de contrato de compra e venda de ações, adquiriu 20% de participação societária pertencente à empresa Eólica Administração e Participações ("Eólica"), e dessa forma, passou a deter 100% das ações da controlada NEO. Essa transação foi registrada de acordo com os requerimentos do pronunciamento técnico ICPD 09 - Demonstrações Contábeis Individuais. Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. A aquisição dos 20% das ações da Eólica na NEO ocorreu pelo valor justo de R\$ 50.727, e o pagamento ocorreu conforme a seguir: (i) pagamento do valor de direitos de mútuos líquidos de R\$ 40.227; e (ii) pagamento de R\$ 10.500 em espécie. Na data da transação a parcela do patrimônio líquido a descoberto relativo aos 20% representavam R\$ 37.143. Dessa forma foi registrado um ajuste de avaliação patrimonial na Multiner no montante de R\$ 87.870. 3. Entidades do Grupo: Controladas diretas: As informações financeiras consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	31/12/2022	31/12/2021
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") (i)	100,00%	80,00%	
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%	
Termelétrica Itapebí S.A.	100,00%	100,00%	
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%	
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%	
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%	
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%	
(i) Em 25 de abril de 2022, a Companhia adquiriu a participação de 20% das ações de emissão da sua controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. "NEO", de propriedade da Eólica Administração e Participações Ltda., dessa forma, a Companhia passou a deter 100% das ações da controlada. Controlada indireta: A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua <i>holding</i> 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de dezembro de 2022. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%. Controlada em conjunto ("Joint Ventures"): Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:			

	Participação acionária	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	71,00%	71,00%	

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto no CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e ICPD 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAI, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica e socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia até 2025. A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na Nota Explicativa nº 14. 4. Políticas contábeis e estimativas: As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. a) Ativos e passivos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e transações com partes relacionadas. b) Passivos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme aplicado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. c) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Capital social		Reservas de capital		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
	Integrado	A integralizar	emissão na emissão de ações	Reserva de capital	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.723.957)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(29.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.753.006)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.101
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(87.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	855.834	(6)	465.801	78.115	(87.870) (1.696.905)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	56.101	(29.049)	72.342 (23.742)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	56.101	(29.049)	72.342 (23.742)
Ajustes por:			
Resultado de equivalência patrimonial	(67.193)	(11.316)	3 1
Juros passivos sobre operações de mútuos	2.503	424	- -
Juros sobre as debêntures	2.105	2.453	2.105 2.453
Juros passivos de empréstimos e financiamentos - CCBs	-	-	11.406 11.405
Juros e variação monetária sobre Arrendamento - arrendador	-	-	(124.760) (103.197)
Juros e variação monetária s/arrendamento mercantil	-	-	3.052 2.839
Variação monetária sobre debêntures	461	1.186	461 1.186
Variação monetária sobre empréstimos	-	-	44.870 122.676
Variação monetária outros	-	-	1.087 -
Variação cambial	-	-	22 -
Encargos sobre operações de mútuos	236	94	- -
Provisão por redução de valor recuperável do ativo imobilizado	(159)	286	(2.341) (3.512)
Amortização de custo de captação	-	-	1.922 1.922
Descontos obtidos em acordos com fornecedores	-	-	1.922 1.922
Depreciação e amortização de ativos	82	62	72.000 63.771
Amortização arrendamento - Direito de uso	106	314	2.038 1.946
Provisão (reversão) para perda de estoque obsoleto	-	-	(79) 10.157
Provisão (reversão) de crédito de liquidação duvidosa	935	-	(14.163) 16.335
Arrendamento mercantil IFRS-16	4	109	4 617
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(28.990)	29.398	(28.047) 34.681
Atualização de provisão para desmobilização de ativo	-	-	4.582 5.384
Baixa do Imobilizado	127	-	2.684 -
Lucro na alienação de imobilizado	-	-	- (22)
Lucro na alienação de propriedade para investimento	-	-	(345) (345)
Outros	-	-	- (33)
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber	-	-	(277) (25.590)
Tributos a recuperar	470	160	15.733 (4.284)
Estoque de peças	-	-	(1.208) (1.208)
Transferências de imobilizado para estoques	-	-	890 1.722
Outros créditos de ativos	(5.543)	607	(14.183) 13.774
Fornecedores	(605)	926	(8.813) 16.910
Obrigações tributárias	(36)	23	5.215 (539)
Obrigações sociais e trabalhistas	175	(29)	307 (52)
Outras obrigações	26.404	1.482	89.566 (44.003)
Partes relacionadas	(9.735)	(11.727)	- -
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(16.752) (10.825)
Pagamento de contingências	(146)	-	(146) -
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros	-	-	(51.388) (43.288)
Amortização do Arrendamento	-	-	143.863 121.445
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(22.698)	(15.087)	311.995 185.609
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em investidas	(1.442)	(1.954)	- -
Aquisição de Imobilizado	(6)	(146)	(2.483) (53.495)
Aquisição de intangível	(13)	-	(13) -
Resgates de depósitos - conta vinculada	-	51	8.431 1.211
Valor recebido pela venda de imobilizado	-	-	- 88
Adições de depósitos e rendimentos - vinculados	-	-	(14.270) (9.589)
Valor recebido pela venda de propriedade de investimento	-	1.012	- 1.012
Aquisição da participação dos acionistas minoritários em controlada	(10.500)	-	(10.500) -
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(11.961)	(1.037)	(18.835) (60.773)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento mercantil	(135)	(529)	(3.988) (4.028)
Empréstimos concedido a partes relacionadas	(6.777)	-	- -
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	18.273	13.518	- -
Empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	17.633	3.734	- -
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	-	-	(129.985) (134.214)
Caixa líquido gerado - (utilizado) nas atividades de financiamentos	33.897	16	

* continuação

arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamento de arrendamento e ativos de direito de uso que representa o direito de uso dos ativos subjacentes. **k) Demais ativos:** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidas de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente. **l) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. **m) Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas das atividades operacionais são apresentadas líquidas de impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, e suas despesas são reconhecidas no momento da venda pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras. **n) Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou sob julgamento decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributário Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. **o) Reconhecimento de receita das investidas:** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receita pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. A receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **Receita de arrendamento financeiro:** O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021, de acordo com a projeção de valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre tratamento, descontos dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira, juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração de resultado, no grupo de Receita Financeira. **Receita de operação e manutenção - O&M:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de geração de energia elétrica estabelecidas no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. **Receita de venda de energia renovável:** O reconhecimento da receita oriunda da venda de energia renovável de fonte eólica da controlada NEO em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Tendo em vista que a controlada NEO está sujeita a montantes mínimos de geração, entende que há contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida. **p) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor

de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despeito relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais e outros:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais relevantes em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para perda de investimentos:** A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial vide nota 14. **q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações, e outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das atualizações. **Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. **4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores, sendo entendido como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir: **i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa. O objeto do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **ii) Arrendamento financeiro:** O faturamento da Companhia junto à Amazonas Energia, está sujeito contratualmente à atualização anual pela variação do IGP-M. Considerando-se que a norma contábil é silente em relação à atualização do saldo de arrendamento a receber quando o mesmo está sujeito à atualização monetária, a Administração da Companhia definiu pelo reconhecimento dessas variações contidas nas parcelas recebidas durante o ano, diretamente no resultado do exercício, como receita financeira, mantendo, dessa forma, o saldo de arrendamento a receber por seu valor original, acrescido dos juros de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021 e deduzidos da parcela histórica dos valores recebidos durante o ano. **iii) Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da pro-

bilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **iv) Pressuposto da continuidade:** A Administração avalia periodicamente a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas e no que tange a situação apresentada de patrimônio líquido negativo, refere-se a prejuízos acumulados que vem sendo revertido e o capital circulante negativo é oriundo do endividamento da Companhia e de suas controladas que é preponderante com partes relacionadas e está em tratativas com os acionistas para refinanciamento da dívida. As subsidiárias operacionais detêm contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, garante receitas fixas suficientes para manter suas atividades. Portanto estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **4.2 Informação por segmento:** A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,55 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA cuja receita principal é decorrente do contrato de arrendamento financeiro e duas eólicas operadas pela NEO. A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

14. Investimento e provisão para perda de investimentos: 14.1. Controladora - investimentos e provisão para perda de investimentos: A provisão para perda de investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/12/2022	2007 Participações S.A. (i)		NEO		CEU		Itapeira		Termelétrica Monte Pascoal		Termelétrica Pernambuco IV		Termopower V		Termelétrica Vermopower VI		Total	
	Ativo circulante	Ativo não circulante																
Investimento em 31/12/2022	324.413	106.680																
Ativo não circulante	284.524	792.021	11.107	20.371					6.226								-	
Passivo circulante	844.133	200.562	4	170	41				4	590	7						7	
Passivo não circulante	242.269	920.546	24.033	52.762					966	16	410	10					10	
Receita líquida	35.952	171.551	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do período	112.514	(43.146)	-	(196)					1.243	(24)	(13)	(17)					(17)	
Patrimônio líquido	(477.465)	(222.408)	(12.930)	(32.429)					5.233	(606)	(416)	(17)					(17)	
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%					100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					100,00%	
Valor contábil do investimento	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)					5.233	(606)	(416)	(17)					(17)	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2020	(590.790)	(132.091)	(9.176)	(34.675)					-	(577)	-	-					(7) (767.316)	
Aumento de capital	-	-	-	1.923					-	-	-	-					8 1.931	
Transferência para o investimento	-	-	-	-					(32)	-	268	-					236	
Equivalência patrimonial	24.175	(11.319)	(1)	(527)					32	(11)	(1.031)	(2)					11.316	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(566.615)	(143.410)	(9.177)	(33.279)					-	(588)	(763)	(1)					(753.833)	
Investimentos em 31/12/2021									3.961									3.961
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2021																		
Aumento de capital	(566.615)	(143.410)	(9.177)	(33.279)					-	(588)	(763)	(1)					(753.833)	
Transferência para o investimento	-	-	-	1.046					-	6	360	-					1 1.413	
Aquisição de 20%	-	-	-	-					(1.243)	-	-	-					8 1.433	
Equivalência patrimonial	108.058	(37.143)	(3)	(196)					1.243	(24)	(13)	(17)					(37.143)	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(458.557)	(222.408)	(9.180)	(32.429)					-	(606)	(416)	(17)					(723.613)	
Investimentos em 31/12/2022									5.233									5.233

(i) informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

14.2. Consolidado - provisão para perda de investimento: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$9.180.

14.3. Controladora - ativo

	Monte Pascoal	Total
Investimento em 31/12/2021	3.961	3.961
Aumento de capital	29	29
Equivalência patrimonial	1.243	1.243
Investimento em 31/12/2022	5.233	5.233

33. Evento subsequente: Decisões proferidas dos temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal: O Supremo Tribunal Federal, em decisão por maioria,

acabou por relativizar demandas tributárias com trânsito em julgado os quais tratam de tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia e suas controladas avaliaram o tema julgado nesta decisão que abrange dentro os temas, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhem regularmente a contribuição, em suas controladas indiretas RAESA o que abrange o ICMS destacado de PIS e COFINS de ações propostas após a data de agosto de 2015 e com trânsito em julgado em maio de 2019, informando que não existem processos nessa situação, que possam ser alcançados pela decisão do STF, referente aos demais tributos contemplados na decisão proferida, não há causas com trânsito em julgado favorável à Companhia e suas controladas e que possam vir a ser alvo da decisão do STF. Portanto, nenhum impacto foi observado na presente Demonstração Financeira da Companhia.

Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Contador	
Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente		Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - Titular/Presidente		João Verner Juenemann - Titular		Thiago José Martins D'Agostino	
Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório		Edésio Alves Nunes Filho - Titular/Vice-Presidente		Fábio Antônio Pereira - Titular		CRC 15P251416/O-4	
		Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - Titular		Eduardo Georges Chehab - Titular			
		Rubens José Della Volpe - Titular		Jefferson da Silva Barbosa - Titular			
		Heghelysantônio Valério Marçal - Titular		José Luiz Petriní - Titular			
				Lucio Alves Figueiras - Suplente			
				Paulo Euclides Bonzanini - Suplente			

Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras
Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente
São Paulo, 24 de março de 2023
Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório

Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes
Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas e com ênfase, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente
São Paulo, 24 de março de 2023
Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório

Parecer do Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes da PwC, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

João Verner Juenemann - Conselheiro
Fábio Antônio Pereira - Conselheiro
Eduardo Georges Chehab - Conselheiro
José Luiz Petriní - Conselheiro
Jefferson da Silva Barbosa - Conselheiro

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU
Avisos de licitação
PREGÃO PRESENCIAL:
A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Pregão Presencial nº 29/2023, para AQUISIÇÃO DE GELADEIRAS E FORNOS MICROONDAS PARA AS UNIDADES ESCOLARES. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 28/04/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a quem possa interessar que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 30/2023, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA. Os envelopes deverão ser entregues até às 13h50min, com abertura às 14h00min do dia 28/04/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Pregão Presencial nº 31/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA E SOLVENTES. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 02/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Pregão Presencial nº 32/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E FARMÁCIA MÓVEL. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 03/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Pregão Presencial nº 33/2023, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Os envelopes deverão ser entregues até às 08h50min, com abertura às 09h00min do dia 04/05/2023.

A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a quem possa interessar que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 34/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLOGICOS A DISTANCIA COMPREENDENDO A GESTÃO DAS IMAGENS/LAUDOS, INTERPRETAÇÃO, DIAGNÓSTICO E EMISSÃO DE LAUDOS DE IMAGENS DE RAIO-X E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA. Os envelopes deverão ser entregues até às 13h50min, com abertura às 14h00min do dia 03/05/2023.

Os Editais completos estão à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br, ou diretamente na Prefeitura no qual o interessado deverá trazer um CD para cópia junto ao Depto. Central de Compras, sito na Av. Itú Novo Centro, nº 111, B. Itú Novo Centro, com 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min. Itú, 14/04/2023. Prefeitura da Estância Turística de Itú.

CHAMAMENTOS:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023. Encontra-se aberta seleção de entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada no âmbito do Município da Estância Turística de Itú enquanto Organização Social, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, direcionadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Nossa Senhora Aparecida e 192 municipal por meio de contrato de gestão, de acordo com Termo de Referência - Anexo I (cláusulas e condições do edital). Os envelopes deverão ser entregues até o dia 02/05/2023, às 08h00min, com abertura às 09h00min do mesmo dia. O Edital completo está à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br. Caso prefira obter cópia do edital diretamente na Prefeitura o interessado deverá trazer o CD para reprodução do mesmo, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, exceto neste Serviço de Registro de Imóveis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito, em 17 de abril de 2023 o valor de R\$85.855,03 (sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e três centavos), em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício Mission Clay, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moisés, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADO a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. PLÍNIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023
A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Chamamento Público nº 02/2023 para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA OUTORGAR A CONCESSÃO ONEROSA DO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DENOMINADO "BOX" DO MERCADO MUNICIPAL DE ITU, reboando a documentação, a partir do dia 17/04/2023 até o dia 17/04/2024 data de encerramento para o credenciamento, no horário de 08h00min às 17h00min, no Departamento de Protocolo Geral, na Avenida Itú 400 Anos, nº 111, B. Itú Novo Centro. O Edital de Credenciamento está à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br, ou diretamente na Prefeitura no qual o interessado deverá trazer um CD para cópia junto ao Depto. Central de Compras 2º andar, sito na Av. Itú 400 anos, nº 111, B. Itú Novo Centro, Itú/SP, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Itú, 14 de abril de 2023. César Benedito Calixto - Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Eventos.

PREGÃO ELETRÔNICO:
A Prefeitura da Estância Turística de Itú informa a abertura do Pregão Eletrônico nº 41/2023, para REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS. As propostas deverão ser enviadas até às 13h50min com início da sessão às 08h00min do dia 02/05/2023. O Edital poderá ser retirado nos links: www.comprasbr.com.br e www.itu.sp.gov.br no link licitações e/ou na Central de Compras - 2º andar, localizada no Centro Administrativo Municipal de Itú, Av. Itú 400 anos, nº 111 - Bairro Itú Novo Centro, Itú/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, devendo os interessados comparecer munidos de PEN-DRIVE ou mídia eletrônica para que seja copiado o arquivo referente ao Edital de seu interesse, sem qualquer ônus. Itú, 14/04/2023 - Janaina Guerinio de Camargo - Secretária Municipal Saúde.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 27/2023 - Edital nº 52/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE LOGÍSTICA DE FORNECIMENTO, ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E DE REGISTRO DE IMÓVEIS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 9:00 ÀS 16:00 HORAS, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito, em 17 de abril de 2023 o valor de R\$32.867,05 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 337.704, referente ao Apartamento nº 91, localizado no 9º andar do Edifício Mission Clay, integrante do empreendimento "Jardim Des Arts", situado na Rua Moisés, nº 74, 2º Subdistrito - Santo Amaro - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADO a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 17 de abril de 2023. PLÍNIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL

11º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Lei 9.514/97 - PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, do 11º Registro de Imóveis da Capital/SP, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, situada na Rua Nelson Gama de Oliveira, nº 235, Vila Andrade, foi prenotado sob o nº 1428.786 o requerimento feito pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A., CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de credor fiduciário, objetivando a intimação dos devedores fiduciários, LEANDRO MORAES DA SILVA, analista de manutenção e KATLIN BARBOSA MORAES, auxiliar de compras, ambos brasileiros, casados, maiores, os quais se encontram em local incerto e não sabido, conforme certidões expedidas pelos Cartórios de Títulos e Documentos e do Registro de Imóveis, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 305.362, referente ao Apartamento nº 23, localizado no 2º andar do Bloco "I", Edifício Marsala, integrante do Condomínio Residencial Riviera Siciliana, situado na Rua Campos de Goyalgas, nº 134, 2º Subdistrito - Santo Amaro - sendo que o